



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

(Lei nº. 11.640, de 11 de janeiro de 2008)

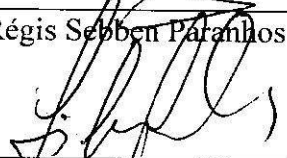
**COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM MINERAÇÃO  
CAMPUS CAÇAPAVA DO SUL  
ATA 03/2010**

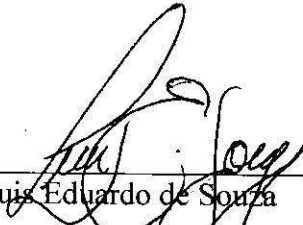
Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, reuniram-se os professores Régis Sebben Paranhos, Luiz Delfino Teixeira Albarnaz, Luis Eduardo de Souza e Suzana Maria Morsch, convocados pela Coordenadora do Curso, profª Delia del Pilar Montecinos de Almeida, para tratar da resolução que estabelece as normas para realização de estágios supervisionados do Curso Superior de Tecnologia em Mineração. A profª Pilar deu início à reunião comunicando que as normas a serem debatidas foram elaboradas pelos professores Delfino e Luis Eduardo. Frisou a importância e a necessidade da organização desse material, devido à iminência dos estágios obrigatórios previstos para o próximo semestre, e pelo fato de a inexistência das normas da UNIPAMPA referentes a essa temática. A seguir, passou-se à análise do documento, surgindo a primeira questão, referente ao artigo terceiro, em que era destacado que o estágio supervisionado deveria ser realizado em empresas que desenvolvessem atividades relacionadas ao campo da mineração. Segundo o professor Régis, ficaria muito restrita somente esta atividade, visto que existem trabalhos que podem ser desenvolvidos com agregados. O prof. Luis Eduardo frisou que cada solicitação de estágio será analisada pela Comissão de Curso, a qual julgará pertinente ou não, segundo as normas estabelecidas pelo curso. Após a discussão, estabeleceu-se a inclusão nesse artigo, de atividades correlatas. Dando continuidade, um segundo item discutido foi em relação a um dos objetivos do estágio, constante no artigo segundo, que é o de proporcionar uma formação eclética, sendo discutida e decidida a substituição por uma formação multidisciplinar. Outra questão levantada foi em relação à possibilidade, contemplada no artigo quinto do documento, de o estágio ser realizado nas dependências da Universidade, em casos de impedimento da sua execução em outro local. Discutiu-se a necessidade de incentivar que o estágio seja realizado externamente, mas que na impossibilidade, o aluno poderá utilizar os laboratórios da Unipampa para realizar o seu trabalho, desde que seja apresentada uma justificativa a ser analisada pela comissão do curso. Um questionamento a respeito de o estágio ser feito dentro da própria universidade surgiu por parte da profª Suzana, ao destacar que para que esse seja executado, há necessidade de que sejam firmados um convênio e um termo de compromisso entre a instituição de ensino, a parte concedente e o estagiário. A respeito disso, os docentes Luis Eduardo e Delfino alegaram que na impossibilidade de se conseguir estágio a todos os discentes, os laboratórios da universidade deverão ser disponibilizados. A profª Suzana frisou que se houvesse na instituição um laboratório que prestasse serviços a uma empresa, poderia se configurar

estágio. Em relação a essa discussão, o prof. Régis relatou sua experiência no período em que fez seu doutorado na França. Comentou que recebiam diversos alunos bolsistas oriundos de outras universidades nos Projetos de Pesquisa, sendo essas atividades iguais aos estágios. Após uma consulta à Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágios de estudantes, verificou-se que as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso. Diante disso, ficou decidido a supressão do artigo quinto e a inclusão no PPC do curso que, na falta de locais para estágio, poderá haver substituição por atividades de Iniciação Científica. Outro ponto questionado foi o número máximo de alunos, que o professor poderá orientar, limitado na resolução em, no máximo, quatro discentes, por semestre. O prof. Régis argumentou que devido ao número exíguo de docentes no curso, deveria haver aumento dessa quantidade. Comentou-se também, que sobre o seguro obrigatório contra acidentes pessoais em favor do estagiário, havia regulamentação pertinente na Lei 11.788. A seguir, foi debatido sobre a entrega dos relatórios de estágios, ficando definido que o aluno que realizar um estágio não obrigatório deverá apresentar o relatório final no prazo máximo de trinta dias, após o final do mesmo e os relatórios parciais serão previamente acordados com o orientador. Já os estágios obrigatórios, deverão ser entregues em um prazo máximo de sessenta dias e os relatórios parciais, acordados com o orientador. Dando continuidade, foi retomada a questão sobre o número máximo de acadêmicos que um docente poderá orientar, sendo decidido que o artigo que constava essa informação seria suprimido. Discutiu-se, também, sobre o estágio opcional, fixado na resolução que este poderá ter início somente após o aluno ter cursado o segundo semestre do curso, ficando concluído, após o debate, que seria o período ideal para o começo dessa atividade. Dando continuidade, a profª Pilar comentou que para os estágios obrigatórios, deveria ficar bem esclarecido que a Universidade tem obrigação de conseguir vagas aos acadêmicos. Concluindo, informou que as correções da resolução discutida ficariam a cargo do prof. Delfino e que após, seria encaminhada, por e-mail, aos docentes. Encerrada a reunião, eu, Rejane Schwartz Krüger, secretária acadêmica, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por mim assinada e pelos professores presentes.

  
\_\_\_\_\_  
Delia Del Pilar Montecinos de Almeida

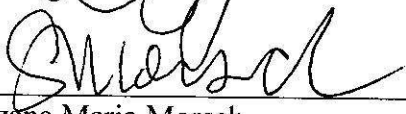
  
\_\_\_\_\_  
Régis Sebben Paranhos

  
\_\_\_\_\_  
Luiz Delfino Teixeira Albarnaz



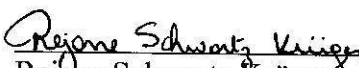
---

Luis Eduardo de Souza



---

Suzana Maria Morsch



---

Rejane Schwartz Krüger